

**PERSPECTIVAS
DA EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS
NO CONTEXTO
BRASILEIRO
DE MUDANÇAS**

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
José Sarney

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Jorge Bornhausen

SECRETÁRIO GERAL DO MEC
Aloísio G. Sotero

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EDUCAR
Lêda Tajra

Ministério da Educação - MEC
Secretaria Geral - SEG
Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - EDUCAR

**PERSPECTIVAS
DA EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS
NO CONTEXTO
BRASILEIRO
DE MUDANÇAS**

**Trabalho apresentado pela Professora Lêda Tajra, no
VI Congresso Mundial de Educação Comparada
Rio de Janeiro, 10 de julho de 1987**

A educação, de um modo geral, e, em especial, a educação de adultos só podem ser vistas no conjunto das situações estruturais, políticas, sociais e econômicas, onde essas práticas se inscrevem.

Na dependência dessas características, é possível, inclusive, citar um verdadeiro catálogo de tarefas propostas para a educação de adultos.

Essa educação tem sido tomada – entre outras significações – como educação política, como crítica da sociedade e ação social, como elemento de reforma no sistema de ensino, como educação profissional continuada, como regularização de escolaridade, como nova escolarização, como condução de homens e orientação pessoal, como caminho para a emancipação.

No entanto, ainda que com ênfase ou privilégio a um ou outro entendimento, a educação de adultos é sempre um movimento político comprometido, de alguma forma, com a trajetória histórica de cada país.

A educação de adultos como necessidade política acentua-se significativamente nos países em desenvolvimento, onde é mais aguda e crítica a situação social da população e, conseqüentemente, da própria prática educativa. Assim, essa população não carece apenas de serviços educacionais, mas também de todos os serviços básicos aos quais tem direito, não tem acesso ou o tem de forma precária.

Dentro da educação de adultos, a questão da alfabetização e do analfabetismo se coloca como a principal variável na correlação entre os níveis educacionais e os níveis de pobreza de uma população. O modo de produção e distribuição dos bens e riquezas sociais dos países apresenta-se como determinante dessa crise educacional.

A correlação entre pobreza e níveis educacionais tem sido exaustivamente apontada.

Estudos desenvolvidos pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe concluíram que, na região latino-americana, em 1980, 120 dos seus 368 milhões de habitantes estavam afetados pela condição de pobreza, sendo que metade desses em estado de absoluta indigência, com renda que não permitia sequer a aquisição de alimentação básica para a sobrevivência.

A relação entre pobreza e analfabetismo, considerada na totalidade dos fenômenos sociais, é bem mais complexa que uma relação de causa e efeito: pobreza e analfabetismo se influenciam reciprocamente, não admitindo soluções para uma ou outra problemática isoladamente. Ou seja, o enfrentamento da situação de pobreza não se resolverá pela via educacional, pela alfabetização dessa população; e nem o acesso dessa população ao código escrito resultará em novos modos de acesso mais igualitários à distribuição dos bens e riquezas sociais. Uma mudança de qualidade na condição de vida da população marginalizada só poderá ter lugar no marco de transformações gradativas e profundas da própria estrutura social, que pressupõem vontade e decisão política, uma vez que a definição de qualquer política educacional deve estar intimamente vinculada à opção social proposta pelo país, no curso de sua trajetória histórica.

Assim, no caso específico do Brasil, que se encontra em um momento de definição democrática e de opção por um desenvolvimento político e socioeconômico, a educação de adultos tem que ser revista à luz desse momento e no conjunto das diversas forças que, rearticuladas, podem contribuir para a consolidação de uma nova ordem social.

A análise da atual situação brasileira, em termos educacionais, indica a existência, ainda hoje, de um grande contingente de analfabetos, fruto dos problemas estruturais e históricos

da sociedade brasileira, que se refletem na escola, traduzindo-se na impossibilidade de todas as crianças terem acesso à educação ou de permanecerem na escola durante o tempo considerado como mínimo/básico para sua formação.

As providências tomadas até então, pelo Estado, na tentativa de minimizar estes problemas, não conseguiram corresponder às expectativas das classes populares, expressas em suas lutas pela melhoria do ensino no País.

Assim, por exemplo, a luta da população urbana das regiões mais desenvolvidas em favor da expansão da escola secundária teve como resultado a escola de 1º grau, que estendeu para oito anos a obrigatoriedade de atendimento educacional do Estado.

Contudo, o crescimento quantitativo resultante da expansão da escola de 1º grau, como afirma Guiomar Namó de Mello,

"se deu não apenas de modo caótico e barateado, mas sobretudo sem que se cuidasse ao mesmo tempo de dotar a escola de recursos materiais, humanos e técnicos que permitissem fazer face ao desafio de escolarizar grandes contingentes de alunos originários de grupos sociais tradicionalmente excluídos de qualquer benefício educacional. O que se expandiu, portanto, foi um modelo empobrecido de escola de elite, esvaziado de seu conteúdo, aviltado nas suas condições de funcionamento".

O atual momento de democratização do País implica, pois, a redefinição da escola, de modo que o Estado venha responder *efetivamente* às reivindicações das camadas populares, no sentido de uma *garantia real* da universalização do ensino e da extensão da escolaridade obrigatória e gratuita, cumprindo assim com o seu dever de prover a escolaridade básica a todos os brasileiros.

Nesse sentido, considera-se fundamental o resgate da função da escola como transmissora do *saber sistematizado*, o que implica a valorização dos *conteúdos* da educação, aspecto este tido aqui como essencial para o pleno exercício da *cidadania*.

A evolução do conceito de cidadania se acelera com o desenvolvimento do capitalismo.

Na Europa, pode-se afirmar que os direitos civis marcaram o século XVIII; os direitos políticos, o século XIX; e os direitos sociais, o século XX. Porém, foi próprio do século XX, com a influência das idéias socialistas, associar os direitos políticos aos sociais e entender que, para assegurar os direitos sociais, é necessário o exercício do poder político.

No Brasil, podemos dizer que a questão da cidadania teve seu processo retardado, devido à própria história política de um país colonizado, marcado pelo autoritarismo.

A questão da cidadania no Brasil só surgiu neste século e, mesmo assim, de forma fragmentada, tendo em vista os avanços e retrocessos da sociedade brasileira em relação à ordem democrática.

A questão da democracia tem também de ser analisada, considerando as condições sociais que podem, mais ou menos, propiciar sua emergência e dar gradação à realização dos objetivos de igualdade e liberdade.

Para a maximização da democracia, diversas condições têm de ser estimuladas. Entre elas, destaca-se a opção por um sistema educacional que transmita eficientemente um conhecimento sistematizado e que propicie o domínio dos códigos básicos de uma sociedade moderna.

Assim, quando se faz referência à cidadania não se está apenas considerando o direito ao voto, mas entendendo-a em seu sentido pleno, que envolve aspectos políticos, civis e sociais. Seu exercício implica a ampliação da capacidade de articulação e representação de interesses de grupos sociais junto aos diferentes canais de representação existentes na sociedade.

Nesse sentido, são múltiplos os seus aspectos componentes: consciente escolha política; consciência dos direitos políticos, sociais e civis; organização política; etc. *Para a viabilização destes objetivos, considera-se fundamental um acesso mais igualitário à educação.*

Se nos últimos anos a expansão quantitativa da educação brasileira significou uma resposta do estado à demanda de acesso à escola pela população, isso não quer dizer que essa população tenha sido atendida em suas necessidades. Essa expansão teve efeitos perversos, já que significou, substan-

cialmente, a perda da qualidade do ensino, provocada pelo esvaziamento dos conteúdos fundamentais, e da consolidação de uma mentalidade tecnicista, no que concerne à forma de tratar a questão escolar.

Em relação aos movimentos educacionais extragovernamentais, também se percebem algumas distorções no que se refere à transmissão de um saber sistematizado. Muitos desses movimentos, ao privilegiarem a versão popular da educação, tenderam, em virtude do momento político autoritário, a dar mais ênfase à função de organizar politicamente as camadas populares. Como consequência, algumas dessas propostas educativas buscaram resgatar o que denominavam de saber popular, o que também é importante, mas negligenciaram, no caso brasileiro, a função básica da educação – a transmissão dos códigos básicos (escrita, leitura e cálculo), essenciais à circulação do homem nas sociedades modernas.

Ora, entende-se que o resgate do saber popular é importante, na medida em que deve constituir um ponto de partida para o aprendizado do saber elaborado. O encontro e o confronto entre estes saberes deve permitir articular e reconstruir uma forma de pensar enriquecida, na medida em que propicie operar raciocínios em níveis crescentes de complexidade.

Em se tratando de educação de adultos, observa-se no Brasil um maior desenvolvimento e organização dessa prática nos períodos democráticos, em iniciativas como:

- o Movimento de Educação de Base (1961), ligado à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, em convênio com o governo federal;
- os Centros Populares de Cultura (1962), ligados à União Nacional dos Estudantes;
- o Movimento de Cultura Popular (1960), onde nasceu o método Paulo Freire;
- o Projeto "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler", da Prefeitura de Natal;
- o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular (1963), convocado pelo MEC, quando se criou a Comissão Nacional de Alfabetização, com o objetivo de elaborar o Plano Nacional de Alfabetização.

O regime político instalado no País pelo golpe de 1964 extinguiu os diversos movimentos. Em função do retrocesso político, a versão popular preponderou nos movimentos de educação não-governamentais. Como consequência, a educação passou a ser utilizada como um espaço de organização política, secundarizando-se a função primordial do ensino. Conceitos da versão popular da educação, tais como participação, regionalização, saber dominado X saber dominante, valorização da comunidade, etc., foram usados e esvaziados pelo discurso governamental, resultando num escamoteamento da análise e avaliação dos resultados finais da ação educativa. Esse tipo de tendência pode ser percebida quando se considera o discurso e a atuação educativa do MOBRAL.

Nesse momento brasileiro, o processo de redemocratização é também educador, já que a informação é primordial, e o processo de organização e mobilização popular traz ao cenário brasileiro o *aprender a ser cidadão*.

O domínio das habilidades básicas de comunicação, de cálculo, de conhecimentos do mundo físico e social, considerados conteúdos universais, deve ser garantido pela existência de uma educação básica, em termos de abrangência e qualidade, capaz de constituir um dos espaços de equalização das oportunidades sociais.

Não basta, porém, o Estado assumir politicamente o caráter universal, obrigatório e gratuito da educação básica para que se resolvam os problemas de ordem educacional do País. *Faz-se, também, necessária a criação de condições técnico-administrativas e financeiras para que de fato se viabilizem as propostas educacionais que vierem a ser sugeridas.*

A questão é, portanto, como transformar o ensino de maneira a estabelecer uma dinâmica pedagógica efetiva, possibilitando não apenas o acesso de todos, mas também uma permanência que garanta a aquisição dos conhecimentos e possibilite o uso deles de forma crítica.

A construção desse caminho implica, de imediato, retomar e clarificar diversos conceitos que orientarão o trabalho educativo, concretizando a intenção dessa proposta: *a garantia de acesso à instrução pública, de permanência e aquisição do saber.*

Por que a questão dos conteúdos da educação básica precisa ser hoje retomada? Por que o ensino público perdeu a qualidade e a credibilidade? Por que a evasão e a repetência tornaram-se fatos incorporados à realidade do ensino?

As respostas passam obrigatoriamente *por uma prática educacional retratada em diferentes fatos, tais como: a não-alocação de recursos financeiros suficientes para a educação básica; a desvalorização do professor, evidenciada na sua formação precária e na sua baixa remuneração, nos critérios administrativos que normatizam a carreira; e, ainda, na legitimação, pelo Estado e pela sociedade, da existência de recursos humanos pouco qualificados para o atendimento às camadas populares.*

Tanto o conteúdo da educação como as formas mais adequadas para transmiti-lo apresentam um caráter evidentemente social e, portanto, histórico. Vale dizer que são definidos para cada fase e para cada situação da evolução de uma sociedade e, por isso, devem atender aos interesses desta.

Em se tratando da educação de jovens e adultos, essa dinâmica pedagógica tem de considerar, inclusive, a condição de marginalidade dessa população que, via de regra, não pôde usufruir do direito à educação e, também, não foi favorecida pelas demais políticas sociais, de forma a obter condições satisfatórias de acesso à saúde, ao trabalho, à habitação, etc.

O objetivo a perseguir é o aprimoramento do ensino destinado às camadas populares, não se abrindo mão de professores qualificados e de condições materiais compatíveis para um trabalho comprometido com os adolescentes e adultos.

As propostas educativas voltadas para essa população precisam estar contextualizadas em relação às demandas, do ponto de vista da caracterização dos grupos a serem atendidos, sua situação socioeconômica – além da educacional –, construindo-se de forma própria, em todos os aspectos da ação educativa (planejamento, metodologia, conteúdos, materiais didáticos, avaliação, recursos financeiros, etc.).

O Brasil, neste momento de mudanças, tem de desenvolver uma educação de adultos não-formal, caracterizada como uma responsabilidade do Estado, que abriga "modus operandi" plu-

ral, no sentido de atender à perspectiva democrática dessa nova sociedade.

É essa possibilidade que orienta a Fundação EDUCAR, órgão que, atualmente, presido e que veio suceder o MOBRAL. Seu desafio é inerente aos objetivos de sua criação: trata-se de uma Fundação voltada para a Educação Básica de Jovens e Adultos. A expansão satisfatória do ensino básico alterará, em tempos futuros, a natureza dessa educação de adultos. Hoje, contudo, ela é necessária, sob pena de contribuirmos para o alijar do exercício pleno da cidadania de um número altamente significativo de brasileiros.

Com base na história das iniciativas de educação de adultos, é que estamos fazendo algumas correções de rota. A Fundação EDUCAR, diferentemente do MOBRAL, não é um órgão executivo, mas de apoio e fomento às diferentes propostas de educação a jovens e adultos. Nesse sentido, assumiu uma linha pluralista de apoio a projetos de educação. Diferentes propostas têm concorrido a seu financiamento e cooperação técnica, e algumas experiências já começam a dar respostas e propiciar um processo avaliativo.

A proposta de ação da Fundação EDUCAR pretende estimular a elaboração e a execução de projetos de educação básica, no nível da 1ª fase de ensino supletivo, por meio de financiamento e/ou cooperação técnica aos órgãos públicos e privados que desenvolvem esse tipo de atendimento educacional.

Nesse sentido, a Fundação EDUCAR volta-se, em apoio, aos Sistemas Educacionais e Municipais de Ensino e a iniciativas da responsabilidade de organizações da sociedade civil. Em ambos os casos, a EDUCAR poderá fornecer apoio – financeiro e/ou técnico – para projetos com desenho próprio dos órgãos convenientes ou, nos casos em que essas instituições assim o desejem e necessitem, projetos que viabilizem um programa concebido e apresentado pela Fundação.

Mas, sobretudo, as perspectivas da educação de jovens e adultos no País ficam na dependência da conquista de toda a sociedade brasileira dos objetivos por ela estipulados. Da vontade política à mobilização popular, precisa-se de uma estratégia de ação que não gere, apenas, mais uma campanha, mas que reconheça o não-formal como uma modalidade de educação que um país como o Brasil, no estágio de desenvolvimento em que se encontra, não pode desprezar.

À guisa de conclusão, queremos enfatizar:

A educação de adultos tem de confirmar o entendimento da educação como meio de afirmação e exercício da cidadania de cada indivíduo, essência de qualquer proposta que se pretenda democrática.

A educação de adultos, contribuindo para a restauração do processo democrático, há de ser um espaço para a conquista e garantia do bem-estar coletivo e individual; para a discussão e o exercício do direito à participação no processo produtivo e político; para a discussão sobre a produção e repartição dos bens e riquezas sociais, confirmando-se, essencialmente, como um dos meios indispensáveis à reinstauração de um novo modo de pensar e de uma nova postura no agir individual e coletivo, diante da trajetória social.

A um governo representativo de uma sociedade que se quer reconstruir para a democracia cumpre a formulação e a condução participativa de um projeto político e socioeconômico, no qual a educação, e, em especial, a educação de adultos ocupe o verdadeiro lugar que tem como um dos componentes essenciais no processo de mudança. A ênfase à educação de adultos está no fato de que é predominantemente essa faixa etária que participa do processo produtivo e que se encontra em condição de desigualdade no usufruto dessa produção.

Se aos governos cabe propor uma política educacional substancialmente imbricada no corpo de uma política social, cabe a todos os segmentos da sociedade, em várias formas organizativas, o comprometimento e a co-gestão dessa política, através de uma atuação explícita e articulada entre sindicatos de empregados e empregadores, federações, associações de classe e de bairro, universidades e outras agências de educação formal e não-formal, além de áreas do poder público que atuam no campo social.

A dimensão política da educação de adultos está exatamente no fato de que qualquer proposta de educação junto a adultos não pode se restringir ao âmbito educacional, sob pena de não conseguir responder às condições que a dimensão social desse projeto exige.

Trata-se, portanto, do segmento de uma política social mais ampla, onde as formulações específicas dos diferentes setores

de atuação – planejamento, trabalho, saúde, indústria e comércio, habitação e saneamento, etc. – possam convergir para a consecução dos objetivos de democratização do País.

Na esfera educacional propriamente dita, a ação educativa de um modo geral, e, em especial, aquela voltada para adolescentes e adultos, tem de assumir a dimensão política do novo projeto social que se pretende iniciar. Isso significa dizer que essa proposta educativa tem de traduzir, no nível da prática, os pressupostos teóricos nos quais está assentada. Desse modo, a formulação e o encaminhamento dos projetos de educação de adultos têm de ser legitimados pela própria população atingida, por meio da adoção de procedimentos que realmente viabilizem essa legitimação.

BIBLIOGRAFIA

FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO. *Diretrizes político-pedagógicas*. Brasília, 1986. 28 p.

———. *Educação de adultos - uma necessidade política*. Rio de Janeiro, 1985.

———. *O PEB - Programa de Educação Básica: uma alternativa de educação supletiva para jovens e adultos apresentada pela Fundação EDUCAR*. Rio de Janeiro, 1986. 50 p.

FUNDAÇÃO NACIONAL PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. *Princípios norteadores da ação educativa do MOBIL - 1986 (versão preliminar)*. Rio de Janeiro, 1985. 53 p.

———. *Princípios norteadores da ação educativa do MOBIL - 1986*. Rio de Janeiro, 1985. 33 p.